



MUNICÍPIO DE CUBA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 10

17-09-2019

Aos dezassete dias do mês de Setembro de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- 1- Informações;-----
- 2- Ratificação da ata da sessão ordinária de 27/06/2019;-----
- 3- Assuntos de interesse para o Município.-----

ORDEM DO DIA: -----

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, no período de 01/06/2019 a 15/08/2019. **Para conhecimento.** -----

----- 2 – Apreciação e votação da Revisão nº.2 ao orçamento e GOP's. **Para deliberação.**

3 – Designação do auditor externo do Município de Cuba para as contas reportadas ao ano de 2019; **Para deliberação.** -----

4 – Transferência de verbas para as freguesias no âmbito do recenseamento eleitoral. **Para deliberação.** -----

5 – Transferência de verbas para as freguesias no âmbito das eleições europeias. **Para deliberação.** -----

6 - Apreciação e votação da proposta sobre a posição da autarquia em relação à transferência de competências para o ano de 2019 e 2020 no domínio da saúde consagradas no Dec. Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro; - Opção, ou não, de utilizar a possibilidade de atuação prevista no n.º 2 do art.º 28.º da supracitada norma legal. **Para deliberação.** -----

7 – Apreciação e votação da adenda ao contrato de Empréstimo de longo prazo até ao montante máximo de 880.000 euros para fazer à contrapartida do Município de Cuba em projetos devidamente identificados, com intenção de uso do mecanismo previsto nas alíneas a) e b) do nº.5 do artigo 52 da Lei das Finanças Locais. **Para deliberação.** -----

8 – Apreciação e votação da adenda ao contrato de empréstimo de longo prazo até ao montante máximo de 280,000 euros para fazer face à contrapartida do Município em projetos devidamente identificados. **Para deliberação.** -----

9 – Apreciação e votação da assunção de encargos plurianuais na prestação de serviços de locação financeira destinada à aquisição de um veículo pesado de passageiros. **Para deliberação.**

10 – Apreciação e votação do aumento de capital da AGDA nos anos de 2019 e 2020. **Para deliberação.**

11 – Adenda – Informação nº.108/2019 de 12/09/2019 sobre transferência de competências para o Município no domínio das áreas protegidas para os anos de 2019 a 2020. **Para Deliberação.** –

12 – Congresso da Associação de Municípios – Eleição do Presidente da Junta de freguesia. **Para Deliberação.**

-----**Estiveram**
presentes nesta sessão os seguintes membros: ----- João Duarte Oliveira Brito Palma; -----

Carlos José Maltez Almeida; -----

Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano; -----

Maria Teresa Horta Pendilhas Calado; -----

José António Rocha Cabrita; -----

Luís António Botecas Varela; -----

José Francisco Ribeiro Roque; -----

Luís Maria Carneira Santa Rita; -----

Maria Julieta Zambujeiro Burriga Caniço; -----

Milene Leonor Cadeireiro Cardoso; -----

João Carlos Segurado Leirão; -----

André Chaveiro Vargas; -----

Maria Joaquina Maltez Salgueiro; -----

Luís Carlos Cardoso Varela; -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----

José António Carneira Machado; -----

Filipe Domingos Candeias Chora; -----

José Alberto Lança Pacheco; -----

Raul Manuel Viana Amaro; -----

Não faltou nenhum deputado à presente sessão. -----

Estiveram também presentes nesta sessão os seguintes membros do Órgão Executivo:

Presidente da Câmara - João Manuel Casaca Português -----

Vice-Presidente da Câmara - Francisco Xavier Candeias Fitas -----

Vereadora - Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos -----

Vereador em Regime de Não Permanência- Luís José de Brito Camacho Barriga -----

Vereadora em Regime de Não Permanência - Maria Jacinta Cardoso Grilo -----

Verificou-se existir quórum para a realização da sessão pelo que o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos. -----

Antes da Ordem do dia: -----

1 – Informações:-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que a Assembleia Municipal esteve representada no 10º. Aniversário do Comando Territorial da GNR, que se realizou na Vila de Cuba e na Inauguração da Feira Anual de Cuba 2019. Aproveitou para saudar e parabenizar o executivo e os funcionários que permitiram a realização do evento com grande qualidade e sem falhas.

2 - Ratificação da ata:-----

Sessão ordinária de 27 de Junho de 2019 – O Presidente da Assembleia Municipal solicitou que se retirasse a ata para ratificação na próxima sessão. Todos os deputados estiveram de acordo.

3 – Assuntos de interesse para o Município:-----

O Presidente da Assembleia questionou se alguém desejava intervir.-----

O Deputado André Vargas desejou boa noite e saudou os membros presentes na Assembleia Municipal. Justifica a sua intervenção para relembrar a situação preocupante no Alentejo em relação à falta de eletrificação da linha da ferrovia, à situação da rodovia, à recente notícia da construção do novo hospital em Évora, bem como a situação do Aeroporto de Beja.-----

Mostrou a sua apreensão em relação a estes projetos que supostamente iriam trazer desenvolvimento a esta zona, verificando-se um retrocesso nos investimentos.-----

Relembra que nos encontramos no final de 2019 e a autoestrada está parada.-----

Deixou ainda um alerta sobre a desertificação e a falta de investimento no Alentejo e no distrito de Beja.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e questionou se mais alguém desejava intervir.-----

A Deputada Julieta Caniço desejou as boas noites e mostrou-se contente pela preocupação do Deputado André.-----

Informou que a ferrovia já está inscrita no programa 20/30, e que tanto quanto sabe até 2025 fica eletrificada entre Évora e Beja, não havendo resposta para a situação da autoestrada. Em relação à rodovia estão inscritos alguns investimentos e quanto ao aeroporto ouviu tanto o PS como o PCP, que aeroporto internacional em Beja não.-----

No que diz respeito à saúde, salientou que gostava de ter um hospital Central em Beja, no entanto Évora também precisava, não havendo possibilidade de existir um hospital central nas duas cidades.-----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e questionou se mais alguém desejava intervir.-----

O Deputado André Vargas explicou trouxe o assunto à sessão porque acredita que todos se devem manifestar: assembleias municipais, câmaras municipais, municípios, etc.-----

Considera que a região apregoada pelo cante e pelo vinho, ficando esquecida em relação aos aspectos que poderiam trazer desenvolvimento.-----

Solicitou a colaboração dos colegas para que tomassem uma posição em conjunto e mostrassem o seu descontentamento.-----

Afirma que ter bom cante, bom vinho, e ser engraçado, não chega. O Alentejo não deve ser apenas uma passagem para o Algarve. Não deve perder população e recursos.-----

Agradeceu.-----

#

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção e lembrou que as visitas que tiveram com os grupos parlamentares foram sempre na tentativa de lembrá-los dos problemas existentes no Alentejo, tais como a falta de eletrificação da linha ferroviária, o despovoamento, o aeroporto e a conclusão do IP8 e A26. -----

Informou, ainda que já tiveram reunião com todos os grupos parlamentares e que todos se mostram solidários, mas que não passou disso. -----

Relembrou que há problemas transversais a todos como, a desertificação, a conclusão do aeroporto, que será uma infraestrutura para servir toda a região, a ligação à autoestrada e o problema da perda de valências do Hospital de Beja e também de profissionais. -----

Disse ainda que, quanto à questão da eletrificação da linha deve a região ter ligações condignas, no mínimo condizentes com estatuto de capital de distrito e que só por isso deveria mobilizar todos, ou aqueles que mais se sentem afetados. Falta ainda serem recebidos pelo Presidente da República e pelo 1.º Ministro. -----

O **Deputado Carlos Almeida** lembrou pontos importantes referentes à preocupação do deputado André Vargas, tais como a autoestrada que foi iniciada pelo governo PS, posteriormente foi parada a sua construção pelo governo PSD e retomou novamente com o governo PS, sendo que a única coisa que falta é abrir as portas. O problema não é a construção mas sim a ligação para a capital do distrito. -----

Quanto à questão do hospital é de opinião que fosse construído em Beja, e que outras situações há que poderão desenvolver o Baixo Alentejo, nomeadamente a regionalização. Comentou ainda que o PS sempre defendeu a região do Baixo Alentejo e do Alentejo litoral. No que se refere ao aeroporto, o governo PS também fez aquilo que deveria ser feito, a sua construção. As dinâmicas ainda não estão implementadas com tudo aquilo que nós desejaríamos, mas o facto é que está construído e que estão a ser construídas empresas à volta desta infraestrutura. -----

Continuou dizendo que nos devemos orgulhar pelo trabalho realizado pelo governo PS para o desenvolvimento do Alentejo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção e questionou se mais alguém desejava intervir. -----

O **Deputado José Cabrita** desejou as boas noites e pediu desculpa pelo atraso. -----

Comunicou que a sua intervenção vem na sequência da intervenção do deputado André e que pretende esclarecer algumas intervenções em relação à posição do Partido Comunista, referente ao aeroporto. Esclarecer que o PCP não descarta a utilização do aeroporto de Beja para uso civil ou para transporte de passageiros. Relembrou a situação em que se encontra o aeroporto de Lisboa e Faro, sendo que Beja poderia ser a alternativa, no entanto, as acessibilidades tanto para o Algarve como para Lisboa deixam muito a desejar. -----

Quanto à ferrovia e quando se fala na eletrificação, não esquecer a ligação à Funcheira. Considerou que, se a rodovia fosse adequada poderia trazer investimento para o desenvolvimento do Alentejo. -----

Comentou ainda que o PCP além de não descartar a utilização do aeroporto de Beja é também de opinião da construção de um novo aeroporto para Lisboa, que deveria ser em Alcochete, com um prazo de validade superior ao que o PS defende para o Montijo. -----

Informou ainda que o PS tem entendimento que o aeroporto de Beja deve ser para desmantelamento de aviões e manutenção de aeronáutica, não lhe parecendo que seja a única valência

Relembrou que a linha ferroviária Beja – Lisboa era a que mais movimento tinha mas que fomos preteridos para a linha Casa Branca - Évora. Que tanto uma como outra deveria ser eletrificada. Disse ainda que as empresas não se situam aqui pois não tem estradas acessíveis, preferindo outros concelhos. Que não deveremos pensar em termos de Baixo Alentejo, mas com a regionalização num Alentejo único.

Continuou alertando para a necessidade de uma rodovia com qualidade e sem portagens e que seria uma mais valia para os concelhos.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e questionou se mais alguém desejava intervir.

O Deputado Carlos Almeida agradeceu ao deputado que relembrou que o governo PSD fez isso que acabou de dizer e foi o governo PS que acabou de construir tanto a autoestrada como o IP2. Frisou que anteriormente quando respondia ao que o Deputado André tinha colocado esqueceu-se da questão da ferrovia. Que o Deputado André e do que se lembra de ter dito que até 2030 não haveria nada. Que ouviu dizer o atual 1º. Ministro e não há muito tempo que a ferrovia está inscrita nos investimentos 20/30. Nesse plano de investimentos, qualquer que seja o governo, vai ser construído entre 2021 e 2025. Afirmado pelo atual 1º. Ministro há 2 ou 3 dias. Acrescenta que, faz fé que vá acontecer naturalmente que já devia estar e concorda plenamente que é mais uma situação para Évora que é como tem o Hospital a questão da ferrovia, tendo nós muito mais histórico em relação a Évora, e que o deputado Cabrita vem dizer que não estamos a pôr Beja contra Évora, mas que foi ele que deu o exemplo que as coisas estão a ir para Évora e não vêm para Beja.

Disse ainda que, é claro que se sabe que dificilmente vamos ter dois Hospitais centrais ou ter as coisas a duplicar. Aquilo que vier para o Alentejo tem que ser para um lado ou para outro independentemente de ser Évora ou Beja, daí defender uma região Baixo Alentejo e Alentejo Litoral que será a forma de haver equilíbrio de regiões e de não ficarmos em desvantagem.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e questionou se mais alguém desejava intervir.

A Deputada Julieta Caniço exemplificando o que o Deputado Carlos Almeida disse relembrou que quando começou a trabalhar há 20 e tal anos haviam as regiões e as sub regiões, não esquecendo que a região era em Évora e as sub regiões Beja e Portalegre.

Assim, daí cada um defender a regionalização da sua forma, quer da saúde quer da segurança social quer de outros serviços. Era assim. Obrigado

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e questionou se mais alguém desejava intervir.

A Deputada Teresa Calado desejou as boas noites e disse que queria corroborar com as preocupações do Deputado André. Felicitá-lo pela sua intervenção sendo ele dos mais jovens. Corroborou o que referiu, lamenta contudo que, quando discutimos a questão da ferrovia, nestas matérias *“muito mais é o que nos une dos que o que nos separa”*.

“Gostaria muito de ter visto sair um documento único da Assembleia Municipal, votado por ambas as bancadas mas infelizmente não foi possível, não por parte de abertura do PS, porque discutiu-se e não chegaram a consenso. Que é muito importante o que disse e que todos nós devemos defender o que contribui para o desenvolvimento da nossa região Baixo Alentejo.”

Relativamente àquilo que disse, reforça o que os colegas já referiram. Não vê relativamente ao aeroporto de Beja e sendo verdade que o PS o construiu, que foi o que mais contribuiu para que fosse uma realidade, mas presentemente não vê nenhum, reforçando nenhum partido político defender este projeto, deixando-a muito triste.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e questionou se mais alguém desejava intervir. Não se verificando mais intervenções propôs que passassem ao período de intervenção do público.

Verificando-se que ninguém do público solicitou intervenção, passou-se de seguida para a ordem do dia.

Período da Ordem do dia:

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução de dois pontos, um que assim que recebeu deu logo informação para que fosse reencaminhado por email e entregue aos deputados em papel e que tem a ver com a transferência de competências para o Município no domínio das áreas protegidas para o ano de 2019 e 2020. Propõe como sendo o **ponto 11**.

Colocou o assunto para votação sobre a introdução deste ponto na ordem do dia sendo aprovado por unanimidade a Transferência de competências para o Município no domínio das áreas protegidas para os anos de 2019 e 2020.

Propôs também o **ponto 12**, relacionado com o 24º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses . A Eleição do Presidente da Junta efetivo e suplente. O Congresso será nos dias 29 e 30 de novembro, em Vila Real. A próxima sessão ocorrerá em novembro ou em dezembro, e as inscrições terão que ser feitas atempadamente.

Para não se proceder à inscrição do Presidente de Junta e trazer o assunto a ratificar, entendeu a mesa que se deveria integrar nesta sessão.

Propôs que o assunto ficasse como ponto 12 e colocou-o a votação, sendo este aprovado por unanimidade - A eleição do Presidente de Junta de Freguesia, efetivo e suplente para estar presente no 24º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Vila Real ,nos dias 29 e 30 de novembro de 2019.

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, no período de 01/06/2019 a 15/08/2019.

Foi também apresentada a Informação vigésima sétima dos Serviços Financeiros datada de cinco de setembro de dois mil e dezanove, sobre a situação financeira do Município de Cuba. **Para conhecimento.**

Sendo um ponto para conhecimento ,o Presidente questionou se alguém desejava intervir , não se registrando intervenções nem pedidos de esclarecimento, a Assembleia Municipal tomou conhecimento e passou-se ao ponto seguinte. -----

Ponto 2 – Apreciação e votação da Revisão número dois ao orçamento e GOP's. -----

Foi presente a certidão da reunião de Câmara de quatro de setembro de dois mil e dezanove e informação dos serviços financeiros de trinta de agosto de dois mil e dezanove. **Para deliberação.**-----

O Presidente da Assembleia, após análise dos documentos questionou se alguém desejava intervir ou solicitar esclarecimentos.-----

A Deputada Teresa Calado refere que relativamente à revisão que está em análise, pretende se possível clarificar o conteúdo da Informação Técnica remetida, e que se possível a Dr^a. Carmen esclarecesse relativamente ao texto da informação onde se refere *“que proceder ao reforço das dotações de capital por diminuição de dotações correntes que é pacífico, o que não é porém extensivo quando o reforço das dotações de despesas correntes se verifica pela diminuição das de capital sempre que o princípio do equilíbrio está por violar por força dessa modificação.”*-----

Questiona se, efetivamente ,se verifica aqui a violação do equilíbrio orçamental com esta alteração e se esta situação ocorre sem existir desinvestimento. Percebe que não, mas gostaria de entender , se houver essa violação do princípio do equilíbrio do orçamento que implicações é que isto poderá ter a nível financeiro para o Município. -----

O Presidente da Assembleia Municipal salientou que a questão deve ser colocada ao Presidente da Câmara ,que depois a colocará ou não, aos técnicos. A questão é se a alteração não coloca em desequilíbrio a Câmara Municipal ou o orçamento da Câmara Municipal. Se viola ou não o princípio do equilíbrio orçamental. Se sim, que implicações é que isto poderá ter no futuro. -----

O Presidente da Câmara desejou uma boa noite a todos e passou a palavra à Dr^a. Carmen para prestar os esclarecimentos que se consideram necessários. -----

A Dr^a. Carmem ,Técnica Superior de Contabilidade, informou: *“Nesta revisão nº.2 ao orçamento e GOP foram feitas anulações a nível do Plano Plurianual de Investimento para reforço efetivamente de rubricas que havia necessidade e que se manifestaram insuficientes até final do ano. Havendo essa necessidade foram anulados valores em termos de PPI, e que quando diz que poderá não levar ao desinvestimento, dá o exemplo porque pode haver no início do ano quando vamos com o orçamento inicial o que acontece é que poderemos ter uma obra que inicialmente estava prevista em PPI por empreitada e passar para administração direta. Se o fizermos corretamente utilizamos rubricas que tem a ver com a despesa corrente, que tem a ver com a afetação de mão de obra, máquinas viaturas e próprios materiais. Que aí não se verifica desinvestimento era o exemplo que estava a ser dado.”*-----

“Que neste caso, não havendo saldo do ano anterior em termos de gerência, não teríamos muita margem de manobra senão a utilização em termos das verbas de capital para reforço das verbas correntes. Informou que é uma situação excepcional que pode ocorrer esporadicamente e que não é em termos de gestão uma boa prática e que em anos anteriores ocorreu quando houve essas necessidades

em termos de reforço e em termos de orçamento fêz-se.”

Continuou dizendo que poderá ou não levar ao desequilíbrio orçamental utilizando este mecanismo, existem mais probabilidades de haver desequilíbrio orçamental. Tudo tem a ver com o desequilíbrio, com a arrecadação da receita, se entretanto se conseguir que haja arrecadação de receita corrente poderá não acontecer desequilíbrio orçamental, por via desta modificação.

Tentou ser explícita. Dizer que efetivamente, já ocorreu em períodos anteriores, que não se revela que seja prática corrente mas que seja utilizado o mecanismo em termos excepcionais e , no entanto a questão do desequilíbrio orçamental poderá não advir desta modificação. Que tem a ver com a própria execução e a execução receita entrada e despesa paga, e por isso poderá haver um maior risco usando este tipo de mecanismo, no entanto não quer dizer que venha a ocorrer. Existe a possibilidade de chegar ao final do ano e ter equilíbrio orçamental.

“Não o termos momentaneamente e termos no final de ano. No equilíbrio encontra-se receita cobrada e despesa paga. Poderá haver despesa assumida do exercício e não estará paga. O equilíbrio será este encontro. No entanto haverá mais possibilidade de haver desequilíbrio uma vez que estamos a usar um mecanismo que não é corrente em termos de normalidade. Não havendo saldo de gerência poderia fazer o dito do reforço das rubricas que é necessário ocorrer, utiliza-se este mecanismo. Pensa que em termos técnicos a informação vinha explícita neste sentido porque alegava o que o Pocal diz que em termos daquilo que efetivamente deve ocorrer, em termos da execução e das modificações. Que implicações poderá ter a violação do princípio de equilíbrio orçamental?”

“Está previsto em termos da lei das finanças locais, não é esta alteração que vem violar ou não o equilíbrio orçamental é a dita execução que disse anteriormente entre o encontro da receita e a despesa paga, acrescentando o valor da amortização média anual que a lei das finanças locais veio introduzir em relação ao que anteriormente a lei exigia. Muito mais exigente porque obriga-nos a que haja uma poupança propriamente dita em termos de valor que estamos a amortizar da média dos empréstimos para que gere essa poupança e que nós tenhamos o dito saldo para ser utilizado em termos de reforços e modificações.”

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, passando a palavra a **Deputada Julieta Caniço** que apenas pretendia clarificar a questão do equilíbrio orçamental ,e que efetivamente na informação técnica diz exatamente que é uma situação “limite e devidamente justificada” .A questão que coloca é : *“o que é que aconteceu no concelho, para que este princípio tivesse que retirar dinheiro de capital para corrente e haver esta transferência de verbas de capital para correntes?”*

O Presidente da Câmara informou que a questão do desequilíbrio orçamental não é novidade nas sessões da Assembleia Municipal. No ano de 2017 não cumprimos o equilíbrio orçamental, como não cumprimos em anos anteriores .O que aconteceu efetivamente e, está bem explícito, tem a ver com um projeto de requalificação da Rua Serpa Pinto e do Parque de Estacionamento que estava programado ser feito e utilizada a verba de capital este ano na obra. Neste momento chegou-se à conclusão que não vai ser possível iniciar a obra durante o ano de 2019,sendo a alteração que está explícita no documento.

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia mais alguma intervenção, dando a palavra ao **deputado Luís Santa Rita** que desejou boa noite e colocou a seguinte questão: “No documento diz:

↓

"A cabimentação atingiu à data (agosto) 98.10% no que diz respeito às despesas correntes. 98,10% até agosto. Como é que até final do ano não vai ter que recorrer a capital para pôr nas correntes?"

O Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia mais alguma intervenção, e deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu já ter sido explicado . *"O que estava programado até agosto tem despesa corrente de 98%, em setembro terá outra percentagem, em outubro outra e assim sucessivamente, consoante o que estava programado para esses meses. Podendo ser inferior quando se chegar a dezembro."*

O Deputado Luís Santa Rita pediu a palavra para reforçar que o Presidente estava a dizer que até final do ano não iria ser necessário recorrer à despesa de capital para transferir para despesa corrente.

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara** que refere "Aquilo que expliquei à pouco só acontece porque foi um investimento programado que não vai ser realizado durante o ano de 2019. Só se não fizermos outra obra que estivesse programada em termos de capital é que isso aconteceria, mas à partida não vai voltar a acontecer"

A Deputada Julieta Caniço pediu a palavra, questionando porque é que a obra não vai ser realizada, se foi anunciada em agosto/setembro de 2017.

O Presidente da Câmara esclareceu : *"Certo que foi anunciada essa e outras obras que não se iniciaram. Em primeiro lugar porque em termos de projeto, houve alterações e tem havido dificuldades na negociação com algumas pessoas que estão no espaço. Por essas questões não conseguimos ainda começar a obra, mas prevê-se o início até março do próximo ano "*

O Presidente da Assembleia Municipal após os esclarecimentos, propôs que se passasse à votação, sendo aprovado por maioria com sete abstenções da bancada do Partido Socialista.

A deputada Teresa Calado solicitou autorização para deixar uma nota apenas a este ponto: ----
Declaração de voto -----

Da leitura da informação técnica depreendemos que a presente revisão não respeita o princípio orçamental previsto na Lei 73/2013 e no POCAL. -----

A prática de reforçar despesa corrente por contrapartida da anulação e/ou diminuição da despesa de capital para além de não respeitar os diplomas antes mencionados consubstancia-se numa má regra de gestão, traduzindo-se em desinvestimento no concelho, expondo a autarquia a uma situação de incumprimento. -----

Mais um vez reforçamos a necessidade de adoção de medidas corretivas, por parte do executivo em regime de permanência, que visem compensar o desequilíbrio verificado no ano anterior e não optar por práticas que contribuam ainda mais para o seu agravamento. -----

Ponto 3 – Designação do auditor externo do Município de Cuba para as contas reportadas ao ano de 2019.

Foi presente à sessão a informação número vinte e seis barra dois mil e dezanove de vinte e seis de julho de dois mil e dezanove e a certidão da reunião de Câmara de sete de agosto de dois mil e dezanove, sobre a proposta de nomeação do auditor externo às contas do Município reportadas ao ano de dois mil e dezanove. **Para deliberação.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal explicou que a nomeação já não é novidade, mas tem que vir à sessão da Assembleia Municipal para aprovação. E questionou se alguém desejava intervir ou solicitar esclarecimentos. -----

Não se registando qualquer pedido de esclarecimento nem intervenção, colocou o assunto a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 4 – Transferência de verbas para as freguesias no âmbito do recenseamento eleitoral. --

Foi presente à sessão a certidão da reunião de Câmara de quatro de setembro de dois mil e dezanove e a informação número cento e vinte e quatro barra dois mil e dezanove de dezoito de agosto de dois mil e dezanove. **Para deliberação.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal após análise dos documentos, questionou se havia alguma intervenção ou pedido de esclarecimento. -----

Não se registando qualquer intervenção colocou o assunto a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 5 – Transferência de verbas para as freguesias no âmbito das eleições europeias. -----

Foi apresentada a certidão da reunião de Câmara de quatro de setembro de dois mil e dezanove e informação número cento e vinte e cinco barra dois mil e dezanove da Subunidade Administrativa de dezanove de agosto de dois mil e dezanove. **Para deliberação.** -----

O Presidente da Assembleia perguntou se alguém desejava intervir ou solicitar esclarecimentos. Não se registando intervenções nem pedidos de esclarecimento foi o assunto colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

Ponto 6 - Apreciação e votação da proposta sobre a posição da autarquia em relação à transferência de competências para o ano de 2019 e 2020 no domínio da saúde consagradas no Dec. Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro; - Opção, ou não, de utilizar a possibilidade de atuação prevista no n.º 2 do art.º 28.º da supracitada norma legal. -----

Foi presente à sessão a certidão da reunião de Câmara de quatro de setembro de dois mil e dezanove e a informação número vinte e sete barra dois mil e dezanove de vinte e seis de agosto de dois mil e dezanove, sobre a opção ou não, de utilizar a possibilidade de atuação prevista no n.º 2 do art.º 28.º da supracitada norma legal. **Para deliberação.** -----

O Presidente da Assembleia depois de analisados os documentos propôs os mesmos a votação, sendo aprovado por maioria com cinco votos contra dos deputados do Partido Socialista, pela não aceitação de transferência de competências para o ano de 2019 e 2020 no domínio da saúde. -----

Ponto 7 – Apreciação e votação da adenda ao contrato de Empréstimo de longo prazo até ao montante máximo de 880.000 euros para fazer face à contrapartida do Município de Cuba em projetos devidamente identificados, com intenção de uso do mecanismo previsto nas alíneas a) e b) do n.º.5 do artigo 52 da Lei das Finanças Locais. -----

Foi presente à sessão a certidão da reunião de Câmara de quatro de setembro de dois mil e dezanove e a informação da UAJDCS número vinte e oito barra dois mil e dezanove de trinta de agosto de dois mil e dezanove. **Para deliberação.**-----

O **Presidente da Assembleia** lembrou que o assunto já tinha vindo numa sessão anterior, mas que a adenda é proposta para complementar as recomendações do Tribunal de Contas. Após a análise dos documentos colocou o ponto a discussão . Não se registaram nem intervenções nem pedidos de esclarecimento, seguiu-se para votação sendo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 8**
– Apreciação e votação da adenda ao contrato de empréstimo de longo prazo até ao montante máximo de 280,000 euros para fazer face à contrapartida do Município em projetos devidamente identificados.-----

Foi presente a certidão da reunião de Câmara de quatro de setembro de dois mil e dezanove e Informação número vinte e nove barra dois mil e dezanove de trinta de agosto de dois mil e dezanove. **Para deliberação.**-----

O **Presidente da assembleia** , depois de esclarecida a Assembleia propôs o ponto a votação sendo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 9 – Apreciação e votação da assunção de encargos plurianuais na prestação de serviços de locação financeira destinada à aquisição de um veículo pesado de passageiros.**-----

Foi apresentado em sessão a informação número cem barra dois e dezanove de treze de agosto de dois mil e dezanove do SAJAI -Serviço de Apoio Jurídico e de Auditoria Interna, e a certidão de reunião de Câmara de vinte e um de agosto de dois mil e dezanove bem como os documentos anexos. **Para deliberação.**-----

O **Presidente da Assembleia** após análise dos documentos, questionou os deputados presentes se pretendiam intervir ou solicitar esclarecimentos. Não se verificando nem intervenções nem pedidos de esclarecimento, o Presidente colocou o ponto a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

----- **Ponto 10 – Apreciação e votação do aumento de capital da AGDA nos anos de 2019 e 2020.** Foi apresentado em sessão, a informação número noventa e cinco datada de trinta de julho de dois mil e dezanove, do SAJAI - Serviço de Apoio Jurídico e de Auditoria Interna e ainda a certidão da reunião de Câmara de sete de Agosto de dois mil e dezanove sobre o pedido de deliberação de assunção de compromissos plurianuais relativos ao aumento de capital social da AGDA nos anos de 2019 e 2020. **Para deliberação.**-----

O **Presidente da Assembleia** depois de analisar os documentos, questionou todos os deputados presentes se pretendiam intervir ou solicitar esclarecimentos.

Não se registando qualquer intervenção ou pedido de esclarecimentos, colocou o assunto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 11 – Adenda – Transferência de competências para o Município no domínio das áreas protegidas para os anos 2019 e 2020.**-----

Foi apresentada em sessão a Informação número cento e oito barra dois mil e dezanove de doze de setembro de dois mil e dezanove, do SAJAI – Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna sobre a transferência de competências para o Município no domínio das áreas protegidas para os anos de 2019 a

2020, com Despacho do Sr. Presidente da Câmara para que a tomada de posição da Assembleia Municipal fosse a ratificar na próxima reunião de Câmara. **Para deliberação.**-----

Analisado o documento o **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os deputados presentes se queriam intervir ou pedir esclarecimentos. -----

A **deputada Julieta Caniço** interveio para reforçar a opinião da bancada socialista de que a Câmara deveria aceitar algumas das transferências de competências, uma vez que no ano de 2021, vão ser efetivamente transferidas. -----

Disse ainda que *“a transferência de competências seria um reforço para as autarquias, e que acha que é um erro não se começar já, que em 2021 é obrigatório, portanto seria conveniente aceitar algumas daquelas que não têm muita dificuldade de implementação.”* -----

O **Presidente da Assembleia** voltou a frisar que *“já noutras assembleias deixaram bem claro que a transferência de competências com o poder de decisão. Aí surge a divergência.”* -----

A **deputada Julieta Caniço** refere que está aprovado, e foi amplamente discutido na Associação Nacional de Municípios Portugueses, não entende o porquê de não assumir já. -----

Considerados esclarecidos os deputados o **Presidente da Assembleia** colocou o assunto a votação sendo *rejeitada a transferência de competência* com doze votos contra e sete votos a favor dos deputados do Partido Socialista que votaram a favor da transferência de competências para o Município no domínio das áreas protegidas para os anos de 2019 a 2020. -----

O **Presidente da Assembleia** sublinhou que *“Foi rejeitada a transferência de competências para o Município no domínio das áreas protegidas para os anos de 2019 a 2020”*. -----

Ponto 12 – Congresso da Associação Nacional de Municípios. Eleição do Presidente da Junta efetivo e suplente, para se fazer representar. -----

Ponto apresentado pelo Sr. Presidente da Mesa, uma vez que o congresso vai ser realizado antes da próxima sessão e terá que se fazer representar por um Presidente de Junta. -----

Assim, propõe que se proceda à eleição para que seja eleito o Presidente de Junta efetivo e um Presidente de Junta suplente. -----

Procedeu-se à eleição tendo sido apurada a seguinte votação: -----

Presidente de Junta de Freguesia efetivo: -----

19 boletins registados: -----

Cinco votos brancos; dois votos no Presidente da Junta de Vila Alva; doze votos no Presidente da Junta de Vila Ruiva - **Raul Manuel Viana Amaro**, sendo eleito o Presidente efetivo. -----

Procedeu-se à contagem de votos para eleição do Presidente de **Junta de Freguesia suplente:** --

Três votos para o Presidente da Junta de Cuba; dois votos para o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Ruiva e nove votos para o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Alva, ficando o Presidente da Junta de Vila Alva como suplente, **José Alberto Lança Pacheco**. -----

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – 2.º Período: -----

Não se registaram intervenções por parte do público. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata em minuta, que, depois de lida será submetida a aprovação por parte da Assembleia:

A ata na sua versão final foi aprovada por **unanimidade**, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, António Manuel Fitas Marreiros, afeto pela Câmara Municipal em conformidade com o n.º 1 do art.º 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual secretário da Assembleia Municipal, que a redigi. -----

. O Presidente da Assembleia Municipal: *João Duarte Oliveira Brito Palma*

. O Secretário, afeto pela Câmara Municipal em conformidade com o n.º 1 do art.º 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual: *António Manuel Fitas Marreiros*